



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Priscila Lemos Lira¹

Resumo: Historicamente, Mulheres Negras brasileiras estão organizadas visando alteração das estruturas de opressão que as afligem. A intersecção de gênero, raça e classe social é uma categoria de suma importância para o profissional do Serviço Social. Em coerência com o projeto ético político dessa profissão é necessária a tomada de posicionamento na sociedade de qual seu lugar na luta antirracista.

Palavras chave: Movimento de Mulheres Negras, Serviço Social.

Abstract: Historically Black Brazilian women are organized to change the structures of oppression that afflict them. The intersection of gender, race and social class is a category of paramount importance for the Social Work professional. Consistent with the political ethical project of this profession, it is necessary to take a position in society of which its place in the anti-racist struggle.

Keywords: Black Women's Movement, Social Work.

Introdução

As rosas da resistência nascem do asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando do nosso lugar de existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.

Marielle Franco²

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS é um importante espaço de produção de conhecimento e reflexão para o Serviço Social. Portanto, se faz ambiente privilegiado de ressonância para debates socialmente invisibilizados, como a questão em torno da especificidade da Mulher Negra.

A história de luta das Mulheres Negras historicamente foi secundarizada no interior do Movimento Negro e do Movimento Feminista, tornando-se imprescindível à organização do Movimento de Mulheres Negras.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <prilemoslira@gmail.com>.

²Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, em 08/03/2018, ao receber flores de um homem no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio, enquanto fazia um pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher. Marielle, Mulher, Negra, Lésbica e Favelada, foi assassinada em 14/03/2018.

As Mulheres Negras são alvo de opressões como o racismo e o sexismo, elementos que são estruturantes da exploração capitalista, logo a somatização de tais opressões as coloca em um lugar singular de opressão na sociedade. Portanto, consideramos que jogar luz à trajetória de luta dessas mulheres se faz importante em contraponto ao epistemicídio presente nos ambientes de produção de conhecimento e profissional.

Em conformidade com o projeto Ético-Político profissional do Serviço Social, o debate em torno das questões étnico-raciais e de gênero são urgentes em nossa sociedade com índices tão alarmantes de desigualdade racial.

A História do Movimento de Mulheres Negras no Brasil

No Brasil, no século XVII, muitas mulheres estiveram envolvidas em inúmeras lutas que representaram uma forma de revolução para alterar as estruturas de poder existentes. Eram lutas que combatiam a violência do patriarcado e a violência racista. Porém, não as encontramos nas páginas da literatura de certo feminismo tradicional, que nos apresentam as lutas das mulheres como “ondas feministas”.

Dandara de Palmares, Zeferina, Aqualtune, Tereza de Benguela, Maria Filipa de Oliveira, Luiza Mahin, dentre outras guerreiras e quilombolas, também são referências de mulheres que lutaram por liberdade. Estavam à frente de seu tempo travando lutas que hoje outras mulheres não precisam mais enfrentar, como a luta pela liberdade ou para serem reconhecidas como seres humanos. As ondas feministas também ignoram suas histórias e lutas.

Outro exemplo, Esperança Garcia, que em uma época em que nem mesmo as mulheres brancas, as sinhazinhas, ou suas filhas, tinham o direito de ser alfabetizadas, Esperança Garcia foi autodidata e, com tamanha coragem, rompeu com a lógica de opressão de seu tempo. Apesar de ser mulher, negra, objetificada como peça, como um bem material de seu senhor, Esperança ousou questionar a violência a que ela e os seus estavam sendo submetidos, por meio de carta ao governador do Estado. Após 247 anos deste feito, Esperança Garcia, em título simbólico, foi reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Piauí, no ano de 2017, como a primeira advogada daquele estado (VALENTIN, 2017). Na ocasião, houve o reconhecimento de que sua carta

cumpria todos os requisitos da época para ser considerada uma petição. Do mesmo modo, Maria Firmina dos Reis escreveu o primeiro romance brasileiro, "Úrsula"; seu protagonismo e seu talento também são invisibilizados na história da literatura brasileira até hoje, como tantas(os) outras(os) escritoras(es) negras(os).

Após a abolição da escravatura Mulheres Negras, permaneceram sua luta por melhores condições de vida para seu povo. O Movimento Negro se organiza em diferentes frentes. Na primeira fase do Movimento Negro (1889 - 1937), mulheres negras instituem departamentos como o "Quadro de Damas" e até mesmo organizações apenas de mulheres, como o Grupo das Margaridas, em São Paulo, e a mais antiga das associações de mulheres negras do Brasil a "Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul", no Rio Grande do Sul, em 1908 (DOMINGUES, 2009).

Para Moreira (2018), o marco histórico das organizações de Mulheres Negras, definido como Feminismo Negro nas décadas de 1970 e 1980, é fruto da intersecção entre Movimento Feminista e Movimento Negro para mobilização política em torno das exigências e demandas das Mulheres Negras.

O final da década de 1970³ marca também o início da reorganização das instituições de Mulheres Negras. Para Domingues (2009), estas "amadurecem a compreensão de que eram prejudicadas pelo machismo, não só de homens brancos, mas também de negros – inclusive ativistas –, o que implicava dispor de pouco espaço dentro do Movimento". Desse modo, parte delas resolveu criar grupos específicos de Mulheres Negras, ainda em 1978, já que suas pautas também eram secundarizadas no Movimento Feminista, pois este lidava com questões do ser mulher de modo universal, branca, classe média.

Nesta fase, surgiram os primeiros grupos de mulheres negras: o Aqualtune (RJ), de 1978, um grupo de estudos vinculado ao Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN); o Luiza Mahin, de 1980; o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (RJ), e o Coletivo de Mulheres Negras (SP), ambos criados em 1983. (DOMINGUES, 2009, p. 39).

³Os Movimentos Sociais no Brasil sobretudo o Movimento Negro foi alvo de interrupções em decorrência dos períodos ditatoriais

Segundo Ribeiro (1995), o movimento contemporâneo de Mulheres Negras emerge no bojo da luta feminista e antirracista na década de 1970⁴. Contudo, se constata a presença de maneira mais organizada das Mulheres Negras no Movimento Feminista em nível nacional e internacional a partir de 1985, embora seja notório que as Mulheres Negras sempre estivessem organizadas e denunciando sobre as situações de violências que as afligem ao longo da história.

E desde o II Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado no Peru em 1983, que algumas Mulheres Negras iniciam um grupo para dar visibilidade a essas questões, participaram também de outros encontros, em que puderam possibilitar trocas de experiências e conhecimento como a *I Conferência de la Mujer Negra de las Américas*, na Costa Rica em 1984, participam também do *African American Women's Political Caucuse*, Baltimore - Maryland. Nesse período ocorre na cidade do Rio de Janeiro, a organização do I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia, culminando na formação do Coletivo de Mulheres de Favela e Periferia - CEMUFP.

Mas é a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado na cidade de Bertioga/SP, em 1985, que as Mulheres Negras começam a organizar os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, concomitantemente, visando articularem-se para a realização dos primeiros Encontros Estaduais de Mulheres Negras nesse mesmo período.

No IX Encontro Nacional Feminista, em 1987, realizado em Garanhuns-PE, aconteceu uma reunião entre as Mulheres Negras presentes, com objetivo de delimitação de suas pautas. Nesta articulação, o estado do Rio de Janeiro é indicado como polo de interlocução nacional do movimento, visando a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. A escolha do Rio de Janeiro se deu como resultado do trabalho de militantes que já realizavam debates em torno das questões de gênero, raça e classe social em suas comunidades, bem como as organizações de Mulheres Negras que já faziam parte.

⁴Considerando a reorganização do Movimento Feminista e Movimento Negro nesse mesmo período.

Na constituição do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo (1983), o governo do estado “esqueceu” que a categoria mulher é diversa, e nomeou somente mulheres brancas para representação neste órgão. Explicitando a reprodução do racismo institucional por parte dos mecanismos de participação social, além dos demais órgãos, mas após mobilização do Movimento de Mulheres Negras, em 1984 foram disponibilizadas duas cadeiras para as representantes negras⁵, titular e suplente, ainda muito pouco para o universo de 32 delegadas, mas um grande passo. Posteriormente, em 1985, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); em mais uma batalha para a incorporação de Mulheres Negras, esse órgão empreendeu ações no âmbito do combate à discriminação racial com o Programa Nacional da Mulher Negra, coordenado por Sueli Carneiro, a partir de 1987.

Além da efervescência em torno da mobilização para a elaboração da Constituição Federal, o ano de 1988 também foi palco do centenário da Abolição da Escravatura, o Movimento Negro organizava a contranarrativa para esta comemoração, já que após 100 anos da libertação do povo negro, nada havia a ser comemorado, muito pelo contrário, o clima era de denúncia sobre as consequências do racismo no cotidiano, o mito da democracia racial, e apontamento das necessidades da população negra para conquista da autonomia de fato.

É nessa ebulição de acontecimentos na política brasileira, que Mulheres Negras, mesmo envolvidas em demais movimentos sociais, encontraram fôlego para a organização de um marco para o Movimento de Mulheres Negras brasileiras, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), realizado entre os dias 02 e 04 de dezembro de 1988, em Valença (RJ).

O I ENMN contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados, e sua importância se dá pela urgência no aprofundamento da discussão do Feminismo através de uma articulação da questão étnico-racial com as questões de gênero e classe, além da urgência da construção do papel das Mulheres Negras, como sujeito central no processo de reivindicação por uma sociedade justa, igualitária e sem discriminação, a partir de suas vivências.

⁵Theresa Santos e Vera Lúcia Freitas Saraiva.

Por serem tachadas de provocar cisões no Movimento Feminista tradicional, as Mulheres Negras colocam, já no I Boletim do ENMN, seu olhar sobre a necessidade de sua organização autônoma:

Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um “racha” nos movimentos sociais como alguns nos acusam. Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca. (I Boletim do ENMN).

Em 1991, foi realizado o II Encontro Nacional de Mulheres Negras (Salvador, Bahia). Em 1992 no I Encontro Latino Americano e do Caribe de Mulheres Negras, na República Dominicana, se institui o dia 25 de Julho como Dia Internacional da Mulher Afro-Caribenha e Afro-Latina Americana. Ao longo da década de 90, o Movimento de Mulheres Negras envolveu-se fortemente nas discussões das Conferências Mundiais da ONU, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). A intervenção das Mulheres Negras nesses espaços contribuiu de forma decisiva para ampliar e fortalecer a abordagem e discussão da questão racial em âmbito internacional (Ribeiro, 1995).

Podemos elencar inúmeras atividades nacionais e internacionais em que Mulheres Negras brasileiras estiveram presentes, articulando a denúncia sobre o racismo e sexismo, estabelecendo parcerias, troca de experiências e proposituras. Contudo, não será possível nos aprofundar sobre o conteúdo dos debates, como: I Seminário Nacional de Mulheres Negras (1993), a I Marcha Nacional Contra o Racismo e pela Vida (1995), III Encontro Nacional de Mulheres Negras (2001), III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, Durban/África do Sul, Seminário Nacional de Saúde da População Negra (2004), I Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT (2012), I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas (2014), Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver (2015), Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Mundo (2018).

Além disso, estiveram presentes em importantes conquistas do movimento como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010),

sancionada a Lei de Cotas No Ensino Público Federal⁶, instituição do Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra (2014)⁷, a PEC⁸ das Domésticas (2015).

Desse modo, podemos compreender que Mulheres Negras estiveram presentes em diversas mobilizações e transformações da sociedade brasileira, organizadas de forma autônoma, já que os demais movimentos não consideravam (e ainda não consideram) o modo como as opressões de classe, gênero e raça as atingem de modo interseccional.

Contribuições do Movimento de Mulheres Negras para o Serviço Social

Se pensarmos que a categoria de análise Mulheres Negras no Brasil é a categoria que mais somatiza as opressões da qual o Serviço Social expressa completo repúdio desde o seu Movimento de Reconceituação na década 1980, no Código de Ética Profissional e nas mais diversas produções do conjunto CFESS/CRESS, podemos compreender que estudá-las não é opcional; é nosso dever enquanto profissionais desta categoria.

... a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 127).

Para exemplificar a urgência desse debate, podemos citar algumas das diversas situações em que Mulheres Negras estão nos piores índices desigualdade social, segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2013), em 2009, 51,1% famílias se declararam chefiadas por mulheres negras; mulheres negras recebiam 51,1% do rendimento das mulheres brancas; de cada 100 mulheres negras chefes de família, 11 estavam desempregadas, e entre as brancas este número era de 07.

⁶Lei de Cotas - Lei 12.711/12.

⁷25 de Julho - em referência ao Dia Internacional da Mulher Afro-Caribenha e Afro-Latina Americana.

⁸Projeto de Emenda Constitucional - Lei Complementar Nº 150, DE 1º de Junho de 2015.

O Mapa da Violência 2015 demonstra que no período 2003-2013, as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras, com queda na evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas – de 3,6 para 3,2 por 100 mil – e crescimento nas taxas de mulheres negras – de 4,5 para 5,4 por 100 mil⁹.

Segundo o INFOPEN - 2015¹⁰ entre os anos 2000 a 2014, o universo de mulheres negras representava 67% das presas, ou seja, em cada 03 mulheres presas, 02 eram negras.

No aspecto psicológico e afetivo ainda são as Mulheres Negras que estão expostas ao que o Movimento Negro denomina como: “Solidão da Mulher Negra”, partindo da ideia que Mulheres Negras são sexualmente usáveis e descartáveis, o Censo 2010 revelou que as Mulheres Negras são as que menos se casam, sendo a maioria na categoria de “celibato definitivo”, ou seja, que nunca tiveram um cônjuge.

Além disso, o padrão estético de beleza vigente não é negro, ao contrário, o padrão eurocêntrico é imposto pela mídia como o ideal de beleza a ser alcançado, não engloba as características das Mulheres Negras. No decorrer da história, seus traços, cabelos, vestimentas, até mesmo sua religião, foram alvos de total invisibilidade e violência para seu silenciamento e anulação.

Em 2009, as Mulheres Negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Eram quase 50 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões¹¹. Assim sendo, o debate racial e de gênero são incontornáveis, assim como a ruptura com o conservadorismo para o Serviço Social.

Os indicadores sociais revelam os abismos sociais das desigualdades raciais, mas de que forma o profissional de Serviço Social tem se apropriado desse fenômeno com vistas a sua superação? (ROCHA, 2009 p.558).

O Estado Brasileiro foi forjado sobre o mito da democracia racial e a teoria do embranquecimento, inclusive com investimento do poder público objetivando uma população branca em detrimento da população negra, confinando a estes

⁹ Com prevalência entre mulheres de 18 e 30 anos de idade e maior incidência de mortes causadas por força física, objeto cortante/penetrante ou contundente, e menor participação de arma de fogo. (Mapa da Violência - 2015).

¹⁰ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - 2015.

¹¹ Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil - 2013.

os piores lugares na esfera social e econômica. É necessária a indagação se estas construções sociais históricas preconceituosas possam interferir na atuação profissional das(os) Assistentes Sociais e o que estamos fazendo para o rompimento dessa lógica?

Apesar disso, as duas ideologias - o mito da democracia racial e a perspectivas da luta de classes - têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas. (CARNEIRO, 2011, p.18).

Além disso, o caráter universalista das políticas públicas e sociais das quais o profissional de Serviço Social é chamado para intervenção profissional, não contribuem para o atendimento devido de que essa população deveria ser alvo. A ausência, ainda hoje, de políticas reparatórias para um povo que foi atingido por um dos piores crimes contra a humanidade, a escravidão, precisa ser centro de um debate sério no interior da categoria profissional.

O silêncio mediante situações de extrema injustiça, significa colaborar para a sua manutenção. Não temos dúvida que não cabe ao Serviço Social esse silêncio. É preciso tomar posição do ponto de vista da teoria e da prática profissional cotidiana.

A incorporação da categoria interseccional na formação profissional do Serviço Social, bem como na sua metodologia de trabalho cotidiano, pode se tornar um caminho a ser percorrido. De acordo com a Assistente Social Carla Akotirene,

A interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto, é tão difícil engolir os seus fluxos mundo afora. (AKOTIRENE, 2018, p.109).

Além disso, a inclusão de produções de Mulheres Negras na biblioteca básica do Serviço Social, considerando que estas existem, estão mobilizadas, denunciando, produzindo conhecimento e conquistas para essa população; suas vozes devem ser ecoadas por nós, fortalecendo esse histórico e importante movimento, mas essa tarefa não deve ser somente das militantes do Movimento de Mulheres Negras, mas sim de todas(os) nós!

Conclusão

Corroboramos com a análise de Matilde Ribeiro (1995), em que as Mulheres Negras “não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos perante movimentos e a sociedade, como trilharam um caminho próprio através da construção do movimento autônomo de Mulheres Negras”.

É necessário compreender que raça assim como gênero se constitui em relações de poder e, portanto, determinam tanto a vida de mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres negras.

Portanto, a invisibilização dessa temática na formação profissional, atuação profissional, na produção acadêmica, nos debates e publicações do conjunto CFESS/CRESS, expressaria o silenciamento de uma importante parcela de brasileiras, silenciadas e invisibilizadas, nos piores índices de desigualdade social e racial, porém, sempre reivindicando sua liberdade, autonomia, acesso e reconhecimento de sua humanidade, ou seja, por direitos em igualdade.

A formação e o cotidiano profissional do Serviço Social devem considerar a categoria de análise interseccional, sobretudo as questões de gênero, raça e classe, entre outras que se fizerem necessárias como, etária, territorial, sexual, etc.

Consequentemente, é perceptível a importância dessa discussão para o Serviço Social, considerando que Mulheres Negras são majoritariamente as usuárias atendidas pelas(os) Assistentes Sociais, não serem compreendidas conforme a formação histórica, social e econômica do Brasil, as especificidades que envolvem o sexismo, racismo e discriminação de classe social e as barreiras existentes para superação dessas opressões, o que resultaria em uma contradição da categoria entre o discurso e sua prática profissional.

Por fim, do ponto de vista da teoria e na prática profissional cotidiana, a consolidação do lugar do Serviço Social na luta antirracista e não sexista terá incontáveis ganhos com a apropriação da história do Movimento de Mulheres Negras brasileiras, pois estas, assim como o atual projeto ético-político do Serviço Social, estão historicamente implicadas com a construção de uma nova ordem societária.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade? Feminismos Plurais**. São Paulo, Letramento. 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural? Feminismos Plurais**. São Paulo, Letramento. 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural? Feminismos Plurais**. São Paulo, Letramento. 2018.

_____. IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011. 39 p. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Brasília, 2015.

BRASIL. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social/1993**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Ver. Atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Relatório do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS**. Conselho Federal de Serviço Social, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: **Seminário Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira**. Itu, São Paulo, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n. 2, Rio de Janeiro, 1995.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo. Selo Negro, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, São Paulo, 2009.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 114, n. 114, p.290-310, jun. 2013. Trimestral.

GONÇALVES, Renata. Mulheres negras em movimento e a articulação de classe, gênero e raça. In: GOMES, Ilse (org.). **Movimentos sociais e lutas sociais: teorias e práticas**. São Luis: EDUFMA, 2019 [no prelo].

JUNIOR, Joilson. **Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban**. Revista da Faculdade de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4.ed. Brasília: IPEA, 2011.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras, de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social**: avanços e desafios / Roseli da Fonseca Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

_____. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 99, set. São Paulo: Cortez, 2009.

Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.